

DA "ALTERGLOBALIZAÇÃO" À "INDIGNAÇÃO": RECONSTRUINDO AS REDES SOCIAIS NO INÍCIO DO SÉCULO XXI

Adilson Vaz Cabral Filho
Brasil
Universidade Federal Fluminense
acabral@comunicacao.pro.br



Brasileiro, professor da Universidade Federal Fluminense (UFF) junto ao Departamento de Comunicação Social e aos Programas de Estudos pós-graduados em Política Social e de Pós-graduação em Mídia e Cotidiano. Doutor e Mestre em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo.

Aline Carvalho
Brasil
Universidade Federal Fluminense
alinecarvalho.culture@gmail.com



Brasileira, bacharel em Estudos de Mídia pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e mestranda em Indústrias Criativas na Universidade Paris 8.

Resumo

Esse artigo analisa o uso da Internet por parte dos novos movimentos sociais para a construção de redes de ativistas, buscando compreender possíveis rupturas e continuidades em suas estratégias, considerando, para sua análise, o período desde o movimento de “alterglobalização” dos anos 2000 até o movimento dos “indignados” da década de 2010.

As organizações sociais estão descobrindo a Internet desde o final dos anos 1990, com o crescimento das redes em todo o mundo. O assim chamado movimento de “alterglobalização” tomou forma no começo dos anos 2000, frequentemente posicionados à esquerda da iniciativa que move o Fórum Social Mundial, adotando novas estratégias e ações em manifestos contra o mundo globalizado dos mercados financeiros.

Os movimentos dos indignados apareceram nos anos 2010, como um reflexo da crise mundial na democracia representativa e suas instituições. Suas ações não acontecem em um único modelo organizativo, levando a uma incompreensão de suas práticas e demandas no que tange ao viés político tradicional. O uso de redes sociais por parte desses movimentos traz desafios em relação à privacidade e a liberdade de expressão, no que diz respeito a interesses de políticos e empresas. As mudanças ocorridas nesse curto período de tempo salientam a necessidade de assumir a regulação da Internet e o acesso ao conhecimento como importantes áreas que transversalizam os ativismos nas novas tecnologias de informação e comunicação. Entender como esses movimentos estão construindo uma agenda contemporânea, baseada na apropriação de processos regulatórios, é um aspecto extremamente importante na presente pesquisa.

Com base nesse quadro, considera-se a necessidade de se assumir estratégias para lidar com a regulação das comunicações, da Internet e dos direitos humanos, em relação as quais as manifestações recentes dos indignados são parte do processo de evidenciar a insatisfação da sociedade e as formas de mobilização na sociedade contemporânea.

Palavras-chave: novos movimentos sociais; alterglobalização; indignados; regulação da Internet; redes sociais; cibercultura; políticas de comunicação.

Abstract

This paper analyzes the use of Internet by new social movements, with the aim of activists networks building, seeking to understand possible ruptures and continuities in their strategies, taking into consideration, for its analysis, the period from the so called "alterglobalization" movement of the 2000s till the "outraged" movement to the late 2010.

Social organizations are discovering Internet since the late 1990, with the growth of networks around the world. The "alterglobalization" movement took shape in the beginning of 2000, often left-wing positioned to initiatives that moves the World Social Forum, adopting new strategies and actions in manifests against the globalized world of financial markets.

The "outraged" movement appeared in the 2010s, as a reflection of the global crisis in representative democracy and its institutions. Their actions do not happen in a single organisational model, leading to a misunderstanding of their practices and demands in relation to the traditional political way of action. The use of social networks by these movements brings challenges in relation to privacy and freedom of expression, in respect of political and businesses interests.

Changes in this short period of time stress the need to take over Internet regulation the and access to knowledge as important areas that cross activisms in the new information and communication technologies. Understanding how these movements are building a contemporary agenda, based on ownership of regulatory processes, is an extremely important aspect in this search.

Based on this framework, it is considered the need to take strategies to deal with communications, Internet and human rights regulation, for which the recent "outraged" manifestations are part of the process of highlighting the societies dissatisfaction and the forms of mobilization in contemporary society.

Keywords: new social movements; alterglobalization; outraged; Internet regulation; social networks; cyberculture; communication policies.

Introdução

A motivação deste artigo se situa na compreensão das possíveis semelhanças entre dois movimentos recentes na história dos novos movimentos sociais. Buscando uma melhor caracterização ao longo desse texto, o primeiro, que teve seu auge em torno do final dos anos 2000, será identificado como o movimento de "alterglobalização" e o segundo, iniciado na década de 2010, será identificado como movimento dos "indignados".

A proposta deste trabalho é localizar historicamente suas identidades e modos de atuação, buscando, no contexto de cada época, a motivação que levou à emergência desses posicionamentos. Em paralelo, serão identificados alguns elementos que distinguem as especificidades técnicas e políticas das lutas, a saber: as ferramentas de mobilização, as formas de organização e as demandas de políticas públicas para o setor. Mais especificamente, são vistas crescentes tentativas de controle tecnológico da Internet por parte dos governos e empresas, cujos aspectos regulatórios levam à restrição da liberdade de expressão na rede, ameaçando a privacidade dos usuários e a socialização do conhecimento.

Numa primeira parte, serão tratados os movimentos de “alterglobalização”, surgidos em torno das manifestações ocorridas por ocasião de reuniões do chamado G8, composto pelos sete países mais industrializados e desenvolvidos economicamente do mundo (Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido), além da Rússia. O termo alterglobalização é acolhido no âmbito deste trabalho na medida em que é reivindicado pelo próprio movimento. Nas palavras de François de Bernard, coordenador do Dicionário Crítico da Mundialização, o termo traduz de modo mais eficaz um “processo de construção de alternativas ao paradigma dominante” (Bernard, 2006). Por sua vez, o termo “antiglobalização”, adotado inicialmente nas manifestações, foi reverberado pela mídia convencional, colocando em evidência a mera contestação à globalização econômica, financeira e política em curso, e mostrando-se assim restrita em relação às reais pretensões de seus atores principais.

Em seguida, será abordado o movimento de ocupações que reivindicam uma “Democracia Real Já”, notadamente impulsionados pela crise econômica mundial, que desde 2008 vem colocando em questão certos modelos financeiros e políticas públicas no setor. Por questões metodológicas, este movimento será aqui chamado de “Indignados”, cujo nome encontra origem na obra “Indigne-se” do politólogo francês Stéphane Hessel. No entanto, tais ocupações tiveram início em 15 de maio de 2011 na Espanha, sendo conhecido no país - e, de certa forma, no mundo - como “15M”.

Inspirado nos protestos ocorridos no Egito, na Tunísia e na Síria no início do mesmo ano, tais mobilizações encontraram reflexo em diversos países, e especialmente nos Estados Unidos onde o chamado “Occupy Wall Street” chegou a alcançar um espaço na mídia um pouco mais significativo que as outras mobilizações. Apesar de ser ainda presente a reivindicação por uma “Revolução Global” ou “Primavera Árabe”, tais termos são colocados em questão por alguns

autores, e mesmo militantes, em função de suas diversas (e por vezes até antagônicas) demandas e formas de atuação no território, como será visto adiante.

Tanto quanto a distinção entre alter- / anti- globalização, a contraposição entre as ideias de ocupação e indignação construídas em torno desses movimentos recentes consiste também numa disputa de sentidos que define não só desdobramentos políticos em relação a iniciativas futuras, como implica até mesmo na legitimação desses movimentos junto à sociedade.

Como sequência da descrição e análise desses movimentos em torno de seu próprio contexto histórico, a terceira parte deste artigo trata de identificar suas semelhanças e distinções entre eles, com a maior necessidade de apresentar pistas que contribuam para enfrentar os desafios contemporâneos por parte dos envolvidos, identificando áreas e formas de atuação diante de uma consolidada convergência tecnológica dos meios e de uma governança da Internet que vem se afirmando como restritiva do ponto de vista regulatório.

1. Um movimento de ALTERNativas ao mundo globalizado

Um ponto de partida relativamente consensuado em torno do chamado movimento de alterglobalização é o ano de 1998. Naquele momento, diversos movimentos lançaram uma coordenação mundial de resistência contra o mercado globalizado, a denominada Ação Global dos Povos, cuja proposta era se posicionar contra o Comércio "Livre" e contra a Organização Mundial do Comércio.

Sua articulação se dava em torno de cinco princípios fundamentais¹:

1. Uma rejeição muito clara ao capitalismo, ao imperialismo, ao feudalismo e a todo acordo comercial, instituições e governos que promovem uma globalização destrutiva;
2. Uma rejeição a todas as formas e sistemas de dominação e de discriminação incluindo, mas não apenas, o patriarcado, o racismo e o fundamentalismo religioso de todos os credos, abraçando a plena dignidade de todos os seres humanos;
3. Uma atitude de confronto, pois acredita-se que o diálogo possa ter algum efeito em organizações tão profundamente antidemocráticas e tendenciosas, nas quais o capital transnacional é o único sujeito político real;

¹ Princípios da Ação Global dos Povos - <http://www.nadir.org/nadir/initiativ/aggp/pt/hallmpt.htm>

4. Um chamado à ação direta, à desobediência civil e ao apoio às lutas dos movimentos sociais, propondo formas de resistência que maximizem o respeito à vida e os direitos dos povos oprimidos, assim como, a construção de alternativas locais ao capitalismo global; e
5. Uma filosofia organizacional baseada na descentralização e na autonomia.

Suas manifestações públicas introduziram diferenciais marcantes aos modos de organização e protesto da sociedade. Pautada nos princípios da “desobediência civil não violenta e de ações construtivas orientadas pelos povos” (Manifesto, 2011), as manifestações em torno da AGP passaram a ser organizadas de modo descentralizado e autônomo, nas quais ninguém era autorizado a responder como lideranças dos movimentos. A própria AGP não se reconhecia como organização de membros, mas coordenação de iniciativa de organizações que a ela se referenciam. Portanto, nunca contou com personalidade jurídica nem representações físicas ou jurídicas em qualquer país.

A visibilidade política desse modo organizativo se reflete nas manifestações públicas nas quais não se encontram carros de som com filas de representantes de organizações tradicionais da sociedade, como partidos e sindicatos, para pronunciar seus discursos carregados de palavras de ordem para militantes com suas diversas vinculações. A ausência de carro de som, no qual se materializa o comando dos atos, e a divisão em blocos autônomos e interligados com demandas específicas, manifestas em bandeiras e músicas próprias, mas com funções complementares de segurança, saúde, comunicação e afins, proporciona, ao mesmo tempo, um maior grau de pertencimento ao manifesto, bem como traz a compreensão de ser parte de um todo que se mobiliza a partir de uma base comum. Para Felipe Corrêa (2011), pesquisador e ativista ligado à Ação Global dos Povos no Brasil, adotou-se

assembleias e métodos horizontais para as tomadas de decisão, propõe-se a integração das diversas bandeiras de luta sob o guarda-chuva do anticapitalismo, incorporam-se demandas identitárias e culturais distintas, valoriza-se o pluralismo e o discurso do “novo” em relação ao “velho”, caracterizado, em muito, pelas formas hierárquicas de organização, como os partidos, os sindicatos etc

No cenário da mobilização política global das organizações da sociedade, a AGP se contrapõe à institucionalização interna e na vinculação externa com estrutura de governo e partidos. Em especial, os organizados em torno do Fórum Social Mundial (FSM), uma articulação de ONGs, movimentos sociais e organizações diversas da sociedade civil, que realiza encontros em escala global desde 2001, contrapondo-se ao Fórum Econômico Mundial, evento realizado anualmente, reunindo diversos líderes de governo de todo o planeta.

. As recorrentes críticas ao FSM se dão às práticas de vínculo e, até mesmo de cooptação de organizações tradicionais como partidos e sindicatos situados à esquerda, trazendo à cena dos movimentos sociais uma novidade considerável no seu modo organizativo e na radicalidade de suas ações, principalmente àqueles não diretamente envolvidos com a construção das práticas institucionalizadas do FSM, que se ressentiam de uma necessária autonomia e descentralização na condução dos processos. Pablo Ortellado (2005), atualmente pesquisador da USP e ativista da AGP à época, compreende o FSM como “estruturado exatamente nas mesmas bases: uma reunião de líderes globais para discutir programas globais (...) dotado de uma estrutura burocrática e elitista”, cuja significância política se restringiu às suas atividades centrais e ao uso político do evento feito pelo ex-presidente Lula. Moésio Rebouças, por sua vez, sintetiza a compreensão dos participantes da AGP em relação à proposta de atuação do FSM. Para o ativista, em declaração à matéria do Jornal Folha de São Paulo, “o FSM é reformista no econômico, tradicionalista no político e conformista no social” (Kormann, 2002).

No entanto, embora a crítica ao FSM feita pelos agrupamentos participantes da AGP tenha conseguido ser exposta através de manifestações, esta não se tornou explícita e continuada nas suas práticas de militância. O que se viu foi um movimento que buscou mais a autorreferência de seus princípios do que a construção programática de um projeto para a sociedade e suas formas de atuação. Para Felipe Corrêa (2011), “esse novo movimento forjado pelas bases da AGP promovia questões absolutamente centrais”, mas trazia uma “falta de perspectiva política classista e popular, o abandono das propostas programáticas e das políticas de aliança, criação de uma cultura da irresponsabilidade e da falta de compromisso”, componentes que ameaçavam sua continuidade.

Nesse contexto, as práticas na área da Comunicação tinham vital importância para a mobilização de ativistas e a preparação de futuras ações em torno dos eventos mundiais promovidos por instituições como o Banco Mundial, a Organização Mundial do Comércio

(OMC), entre outras. Em 1999, na cidade de Seattle, surge o equivalente midiático nas conferências e manifestações em torno da AGP, o Centro de Mídia Independente (CMI)².

Numa época em que não havia blogs, sites de compartilhamento de vídeos ou mídias sociais, o portal do CMI era a referência da militância organizada globalmente. Além da possibilidade de compartilhar conteúdos e práticas organizativas sobre mobilizações contra a globalização financeira, diversos movimentos faziam circular seus conteúdos em espaços nos quais poderiam se expressar livremente. O CMI representou, portanto, uma primeira experiência de apropriação das tecnologias digitais para a promoção de redes. Muitos de seus atores e princípios se encontram hoje no movimentos de indignados, guardadas as fortes distinções nos contextos econômico (neoliberalismo em marcha nos anos 2000 em relação a uma crise global sem precedentes nos tempos atuais, tal como elucida Naomi Klein em recente discurso proferido em meio à ocupação de Wall Street de 2011³) e na expansão das tecnologias de informação e comunicação, em especial a Internet, as mídias sociais e o uso de dispositivos móveis.

No momento presente, de reavivamento do espaço das ruas para a realização de manifestos em interlocução global, vale resgatar a reflexão de François de Bernard (2006), como alerta a futuros desafios:

a alterglobalização carece, pelo menos no estágio atual, de uma dimensão intrinsecamente utópica. Se ela forjou lugares originais e de uma força indiscutível — tal como o FSM —, que querem continuar ancorados no terreno das problemáticas (econômicas, sociais, políticas...) normativas, respondendo termo a termo aos princípios neoliberais, aos discursos inclusivos, aos processos globalizantes, ela também se encerra no âmbito do mesmo topos que o dos adversários designados, e não consegue projetar-se além disto, como o requer toda trajetória verdadeiramente utópica.

² <http://www.indymedia.org>

³ Na íntegra em <http://baixacultura.org/2011/10/24/o-comercial-e-propagacao-do-occupy-wall-street/>

2. Um movimento de 99% que ocupa o espaço público

Tal como anteriormente abordado, é possível inserir o movimento de “alterglobalização” na história dos chamados “Novos Movimentos Sociais”, trazendo para as mobilizações um novo e importante elemento: a dimensão global de tais lutas e uma estrutura organizativa descentralizada, ambos fruto de uma rede digital de comunicação que começava a se estruturar no início de milênio.

Se naquele momento a Internet era usada de forma estratégica por alguns movimentos, hoje a rede mundial de computadores já faz parte da vida de bilhões de usuários em todo planeta. Mais especificamente, identifica-se em 2005 o surgimento de uma nova etapa na história da Internet, a chamada “web 2.0”. Data desta época a consolidação de redes sociais e dispositivos de compartilhamento de conteúdos que viriam a popularizar a participação na rede, incluindo a presença de empresas e governos neste chamado “cyberespaço”.

Surgem novos conflitos em novos espaços e, conseqüentemente, novos atores na luta política. É o caso do movimento que chamamos de “Indignados”, compreendido aqui como uma continuidade da busca por novas formas de organização e mobilizações sociais. Tal como o movimento de “alterglobalização”, os indignados também trazem um novo paradigma neste contexto: o uso massivo e em escala mundial de redes digitais nas estratégias de mobilização e difusão de protestos e alternativas a um sistema político e econômico cada vez mais globalizado.

2.1 A primavera das redes sociais

Uma das experiências pioneiras no uso de redes sociais para fins políticos foi o “Movimento Verde Iraniano”, durante as eleições de 2009 no país. Para driblar a censura imposta pelo governo às mídias tradicionais, opositores ao regime utilizaram amplamente as redes sociais para manifestar seu descontentamento com o resultado do escrutínio, considerado forjado para a manutenção do presidente Mahmoud Ahmadinejad no poder.

Na ocasião, Twitter e Facebook foram usados não apenas para difusão de informações contra-hegemônicas, mas também para organizar protestos e ataques DDoS⁴ a sites do governo, o que levou à censura também da internet em um segundo tempo. Assim, a suspensão total da conexão, a diminuição da velocidade de banda e o bloqueio ao acesso a certos sites foram táticas

⁴ Um ataque DDoS vem do inglês “Distributed Denial of Service”, e significa forjar a sobrecarga de um servidor web, que hospeda sites na Internet, tornando tornando suas páginas e conteúdos indisponíveis a seus usuários.

implementadas pelo governo iraniano para abafar as vozes contestatórias do movimento. Embora Ahmadinejad permaneça no poder, o engajamento da população em torno do que ficou conhecido como “Twitter Revolution” deslanchou um imaginário do potencial transformador que poderiam ter redes sociais que, a princípio, foram concebidas para fins de entretenimento.

Se tal mobilização não alcançou repercussão significativa em escala global, o clima de contestação na região permaneceu em níveis mais ou menos expressivos até eclodir na mídia no início de 2011. Manifestações de protesto aos governos ditatoriais no poder começaram a surgir entre o norte da África e o Oriente Médio, sob o lema “o povo quer derrubar o regime”. Englobando realidades políticas e culturais tão diferentes entre si como Egito, Tunísia, Líbia, Iêmen e Síria, entre outros, as manifestações de resistência civil tiveram consequências mais ou menos violentas e mais ou menos bem sucedidas nos diferentes países.

O conjunto de protestos ficou conhecido como “Primavera Árabe”, o que fortaleceu um forte imaginário coletivo em torno das mobilizações, repercutindo para além da região árabe. No entanto, para alguns estudiosos do movimento, esta expressão levanta controvérsias. Paolo d'Urbano, pesquisador do Centro de Estudos de Cinema e Mídia da Universidade de Londres, explica que a reunião dos diferentes movimentos sob um mesmo guarda-chuva “árabe” exclui uma série de subjetividades e tendências locais: “(...) tal expressão tem origem na doutrina Bush de democratização do Oriente Médio, e apenas reproduz as visões essencialistas, culturalistas e, em última instância, racistas, da região” (d'Urbano, 2012).

O forte acento dado ao papel das redes sociais nestas mobilizações também levanta controvérsias: Alguns entusiastas da “revolução digital” consideram que tais ferramentas teriam sido as grandes responsáveis pela eclosão de um movimento em larga escala, enquanto outros defendem que o clima contestatório na região já se encontrava no ar e que as mobilizações teriam ocorrido mesmo sem tais dispositivos. Neste sentido, Juliette Harkin (2012), da Universidade de East Anglia, ressalta que a redução de tais movimentos a uma simples história sobre mídias sociais ameaça se sobrepor aos reais debates e ideias que fizeram parte desta construção.

Uma análise sobre o efetivo papel das redes sociais nas revoluções árabes demandaria um estudo aprofundado, levando em consideração a realidade de cada um dos países envolvidos. Entretanto, como o objetivo deste artigo é observar proximidades e rupturas do atual movimento global com aquele do início da década, será priorizada aqui uma perspectiva agregadora destas mobilizações.

De una manera general, las redes sociales tuvieron un papel estratégico en la conscientización social y en la organización de protestos en los diferentes países árabes, inspirados en la experiencia iraní. La mayor parte de las manifestaciones fueron inicialmente convocadas a través de Facebook - salvo por el primer protesto en Túnez, en diciembre de 2010, cuando la ola de movilizaciones aún no había comenzado. Sin embargo, las diferentes dinámicas políticas y sociales llevaron a apropiaciones y consecuencias del uso político de Internet en niveles distintos en los referidos países.

Un estudio de la Dubai School of Government (2011) analiza el impacto de las redes sociales en los movimientos cívicos de la región. Según el informe, el número de cuentas en Facebook en los países árabes aumentó de forma significativa, llegando a 27.711.503 usuarios en abril de 2011, de los cuales cerca del 70% tienen entre 15 y 29 años. En países como Qatar y Emiratos Árabes, cerca del 29% de la población total es usuaria de Facebook, y en Yemen, por ejemplo, hubo un crecimiento del 47% de usuarios de la red social en relación con el año anterior. El estudio también muestra que, en Egipto, cerca del 60% de los usuarios de Facebook declararon usarlo para fines de conscientización sobre el movimiento o para la organización de protestos, mientras que en Túnez, el 94,29% de los entrevistados tuvieron a las redes sociales como principal fuente de información durante los protestos.

De la misma forma que potencializó el estallido de protestos, Internet también fue percibida como una amenaza a la estabilidad del régimen de forma más o menos activa por parte de los gobiernos. Así, a medida que la población egipcia vivió un *blackout* total de Internet durante seis días, en Siria solo algunas redes sociales fueron bloqueadas, aumentando así significativamente el tráfico en otros sitios de intercambio de contenido, como YouTube. Curiosamente, el estudio publicado por la Dubai School of Government revela que el 60% de los usuarios de estas redes sociales en los países involucrados consideraron positivo el bloqueo de Internet. Para los entrevistados, esto impulsó una participación más activa de los ciudadanos en los protestos e impulsó la búsqueda de alternativas creativas para la comunicación y organización del movimiento.

Además de fines de organización interna, las redes sociales tuvieron un importante papel en la divulgación en tiempo real de las movilizaciones, dando así una repercusión mediática a escala internacional al movimiento - como también se propuso el movimiento de "alterglobalización", a través del Centro de Medios Independientes y otras redes. Como se verá adelante, la experiencia árabe también señaló para los movimientos subsiguientes los riesgos de

exposição pública de mobilizações militantes nas redes sociais, levando à criação de alternativas de comunicação mais independentes. E se no caso dos países árabes os protestos criticavam os regimes ditatoriais vigentes, exigindo a instalação de governos democráticos, o imaginário criado em torno do potencial cidadão das redes digitais inspirou mobilizações em países onde, por sua vez, a própria democracia era colocada em questão.

2.2 O 15M espanhol e o surgimento do movimento dos Indignados

Na Espanha, a crise financeira que atinge o país desde 2008 levou também a uma crise social e política: a população, descrente em seus governantes e numa perspectiva de melhoria, se encontrava num estado de individualismo e pessimismo que dificultava uma mobilização coletiva efetiva.

Em fevereiro de 2011, um projeto de lei restritivo ao compartilhamento na Internet em nome da preservação da propriedade intelectual era proposto pela então Ministra da Cultura, Ángeles González-Sinde. Esta regulamentação controversa fazia parte da "Lei da Economia Sustentável", uma serie de medidas intergovernamentais para lutar contra a crise no país. O argumento de que não haveria nenhuma outra forma de preservar a indústria de cultura tocou parte da população não engajada politicamente, mas que fazia uso da Internet para se comunicar e compartilhar conteúdos, e que, por sua vez, não queria ver suas liberdades restringidas.

A campanha "Não vote neles"⁵ denunciava políticos e partidos que apoiaram tal projeto de lei, que ficou conhecido como "Lei Sinde". Além disso, o "Manual de Desobediência à Lei Sinde"⁶, publicado pelo coletivo Hackativistas, reforçava o chamado à ação, sob o imaginário de que se trata da defesa de um espaço comum a todos.

Tendo agravado o desemprego e a precaridade do sistema, principalmente no que diz respeito à moradia e à saúde, a crise econômica se tornou o ponto de encontro da expansão do movimento. Com a proximidade das eleições e a aparente falta de respostas do governo de esquerda aos problemas sociais da população, uma manifestação conjunta era convocada para o dia 15 de maio. O ato era encabeçado pelo movimento "Democracia Real Já", que reivindicava um sistema democrático mais participativo, baseado no poder popular. Inspirados pelas

⁵ <http://wiki.nolesvotes.org/wiki/Portada>

⁶ http://www.diagonalperiodico.net/IMG/pdf/manual_desobediencia.pdf

manifestações árabes, diferentes movimentos sociais do país se reuniram em diversas praças, levando a rumos que nem mesmo os próprios manifestantes haviam previsto.

Na capital Madri, quando caiu a noite, a brigada policial buscou dispersar a reunião de manifestantes, mas os ativistas decidiram permanecer na praça Puerta del Sol, reivindicando a liberdade de ocupação do espaço público. No mesmo momento, era criada uma conta twitter @AcampadaSol e um primeiro vídeo gravado com um aparelho celular era transmitido por *streaming* em tempo real, motivando a formação de novos acampamentos em outras cidades.

Os diferentes movimentos sociais do país já se encontravam relativamente conectados para a mobilização, o que garantiu acampamentos mais ou menos duradouros em cada cidade do país. Durante várias semanas, via-se a emergência da reivindicação por uma nova forma de organização social e de protesto político, propondo a reocupação do espaço público como um lugar de interação e mobilização social.

Tal como anteriormente abordado, o movimento se reconhecia sob o nome de “Indignados”, por inspiração da obra “Indigne-se”, do politólogo francês Stéphane Hessel, publicada no início do mesmo ano. Segundo Hessel, “as razões de se indignar podem parecer hoje menos claras, ou o mundo por demais complexo. Quem comanda, quem decide? Nem sempre é fácil distinguir todas as correntes que nos governam. Não temos mais uma pequena elite a qual se opor, e cujas ações compreendemos claramente. É um vasto mundo, e temos um forte sentimento de que é também interdependente” (2011: 14). Seu chamado claramente inspirou o movimento: “Quando alguma coisa o indigna como eu era indignado pelo nazismo, então nos tornamos militantes, fortes e engajados. Nos juntamos então ao curso da história, e o grande curso da história deve seguir graças a cada um de nós” (2011: 12).

Desta forma, o movimento de ocupações que teve início na Espanha encontrou repercussão em diferentes países, especialmente os tocados pela crise financeira mundial, tendo como ponto em comum a ocupação do espaço público como uma metáfora da participação cidadã no sistema democrático. Mais uma vez, compreender as motivações que levaram à eclosão de movimentos mais ou menos expressivos em diferentes países demandaria um olhar mais atento sob as particularidades sociopolíticas de cada região. O foco deste trabalho será mantido nos pontos em comum destas mobilizações e o imaginário coletivo criado em torno de uma “Revolução global”.

2.3 Nas redes e nas ruas: questões locais e conexões globais

O movimento dos “Indignados” consiste numa reunião transversal de diferentes classes sociais, como trabalhadores liberais, desempregados, estudantes, artistas independentes, estrangeiros, etc. Estes se organizam em torno de pautas que vão desde a crítica ao sistema financeiro mundial à criação de novas formas de usufruto e compartilhamento de bens comuns. Nestes movimentos, vê-se a negação dos partidos como a única forma de organização política e é colocada em questão a efetividade da democracia representativa - pontos que até então eram identificados como direitos cidadãos pelos movimentos políticos tradicionais. Neste sentido, podemos observar estas diferentes mobilizações sob o nome de “Indignados”, “Occupy”, “99%”, entre outros, como uma atualização da crítica ao sistema capitalista atual, e suas novas relações de força.

Após alguns meses, a experiência dos indignados espanhóis já havia se espalhado para outras localidades, e líderes ativistas de diferentes países e movimentos se encontravam conectados através de redes digitais a fim de articular uma ação conjunta em nível global. Era assim convocada para o dia 15 de outubro uma mobilização mundial descentralizada, sob o lema “Unidos para uma mudança global”. A chamada na página Takethesquare.net, um dos vários sites que reúnem as ideias e ações do movimento, explica:

a chave do 15 de outubro não deve ser apenas mobilizar pessoas através de algumas ações simultâneas, mas conscientizar-se de que o mundo age junto, e assim, começar a construção de uma rede entre todos nós, para decidirmos todos juntos, pois esta é a única possibilidade, o que o mundo deveria ser. Sabemos que os poderes são mundiais, que vivemos em um mundo globalizado, então por isso nossa resposta deve ser igualmente mundial (blog Takethesquare.net, 2011).

Assim como já havia sido levantado pelo movimento de “alterglobalização”, os indignados buscam ressaltar que os principais pontos fracos do sistema atual – bem como suas possibilidades de melhoria – não dependem apenas de governos isolados, mas estão diretamente ligados a organizações transnacionais – desde a Organização das Nações Unidas ao Banco Internacional do Desenvolvimento. Se por um lado é colocada em questão demandas relativas ao meio ambiente, ao sistema financeiro e contra a guerra, por outro lado é muito mais complexo estabelecer prioridades em uma escala mundial e tão diversa. Cada país possui suas prioridades e dinâmicas internas para a

implementação de políticas públicas. Assim, o ponto em comum encontrado pelo movimento – sabendo que cada localidade possui contextos políticos específicos – é o fato que, de uma maneira geral, os governantes não têm representado os cidadãos que os elegeram.

3. Dispositivos, narrativas e imaginários coletivos

Inspirados nos princípios de cooperação e compartilhamento do software livre e do *copyleft*, estes movimentos apostam na criação de narrativas próprias, e lutam por outras formas de difusão do conhecimento. A criação de um imaginário coletivo através de ferramentas de produção e circulação de informação cada vez mais acessíveis pode ser assim entendida como uma construção da História em tempo real, por seus próprios participantes.

A página “We are all Khaled Said”⁷, por exemplo, com mais de 200 mil seguidores no Facebook, buscava preservar a memória do jovem torturado por autoridades egípcias e se tornou um símbolo da luta contra a violência policial no país, se espalhando pelo mundo como exemplo do uso de ferramentas digitais no ativismo contemporâneo. A afirmação “Somos todos Khaled Said”, até então um jovem desconhecido como tantos outros vítimas de tortura, ressalta o caráter ao mesmo tempo anônimo, coletivo e identitário deste tipo de manifestações através de redes sociais.

As ocupações realizadas nos Estados Unidos afirmaram o slogan “Somos todos os 99%” - da população mundial, que se encontra submetida às decisões políticas tomadas pelo 1% que concentra o poder econômico -, reivindicando de forma parecida esta solidariedade em torno de um problema em comum. Tal como nos cartazes anti guerra “not in my name” (“não no meu nome”) e o “we are winning” (“estamos vencendo”) grafitado nos muros da cidade pelo movimento de “alterglobalização”, percebe-se uma reconfiguração da noção de coletividade em escala global, frente a concentração do poder igualmente em “redes planetárias funcionais” (Castells, 1998:45).

Ivana Bentes, em debate durante o Festival de Cultura Digital⁸, explica que as experiências contemporâneas mediadas pelo uso da tecnologia geram uma “afetividade global”: na Espanha, a transmissão por *streaming* do acampamento na Puerta del Sol⁹, desde suas primeiras horas, contribuiu para difundir a experiência, incentivando acampamentos em outras cidades do mundo, a partir de um sentimento de comoção coletiva e compartilhamento da causa

⁷ <http://www.elshaheed.co.uk/2012/01/26/the-story-of-we-are-all-khaled-said-english-facebook-page-1-of/>

⁸ <http://culturadigital.org.br/?p=5082&preview=true>

⁹ <http://www.tomalatele.tv/web/>

dos indignados. Desta forma, observamos que este processo de digitalização não diz respeito apenas à transposição de conteúdos para o meio digital, mas sim como os elementos tecnológicos alteram relações sociais a partir de uma nova configuração de conhecimento e de cultura. E essa cultura de redes estabelecida no meio digital atua como um potencializador para a conexão entre grupos sociais e vontades construtivas, que até então se encontravam dispersos, possibilitando produções colaborativas e circuitos alternativos através das novas tecnologias.

No entanto, esta amplitude das redes sociais que tem mobilizado novos ativistas e formadores de opinião também desperta a atenção de empresas e governos que tem buscado fazer uso igualmente estratégico de tais ferramentas. Se por um lado as diretorias de marketing e agências de publicidade acompanham o desenvolvimento de tais plataformas e a publicação de conteúdo de usuários para desenvolver e divulgar produtos e serviços de maneira direcionada, estruturas governamentais encontram nestas redes um mapeamento inédito, razoavelmente eficiente e, principalmente, espontâneo, de cidadãos, suas práticas e movimentações. A crítica é centrada na negligência destas possibilidades pela maioria dos usuários, pois embora se tratem de serviços gratuitos na maioria das vezes, acaba-se pagando com um bem simbólico mas não menos importante: dados pessoais e conteúdos gerados, podendo ser compreendido como mecanismos eficientes de agenciamento de audiências, não existentes antes de mídias sociais como o Twitter ou o Facebook (ver Cabral, 2011).

Por esta razão, a defesa estrutural da internet também vem a se tornar uma bandeira deste novo ativismo, e passa pela coerência na forma pela qual esta infraestrutura é utilizada, através de que meios e sob quais princípios. A este fator soma-se a relativa facilidade de criação de softwares e aplicativos, o que permite que a comunidade desenvolva suas próprias soluções de comunicação e compartilhamento de conteúdos. Neste sentido, são utilizados softwares livres, com código aberto e licenças flexíveis, onde cada usuário é livre para estudar, modificar e adaptar o código fonte, para usos específicos e integração com outras ferramentas, e também compartilhá-la com novos usuários, que possuem o controle dos dados e conteúdos publicados.

Referências da mídia alternativa como o Global Voices¹⁰ e o já citado Centro de Mídia Independente, marcos do movimento de “alterglobalização”, têm tido um papel importante desde o início do século XXI, no compartilhamento de informações alternativas às mídias tradicionais, e são também usadas pelo movimento dos indignados. Além disso, o coletivo espanhol Hackativistas

¹⁰ <http://globalvoicesonline.org/>

buscou desenvolver alternativas de comunicação tendo em vista a organização interna e a consolidação do movimento. O site *Tomalaplaza.net*¹¹, por exemplo, reúne conteúdos, chamadas e informações úteis sobre cada acampamento e assembleias de bairro, e continua sendo uma importante ferramenta de comunicação interna e externa do movimento espanhol. A plataforma inspirou também a criação do já mencionado *Takethesquare.net*¹², que busca reunir informações do movimento em escala global, e foi amplamente utilizado pelo Occupy Wall Street.

Outro exemplo é a plataforma N-1¹³, uma rede social livre desenvolvida pelo coletivo espanhol Lorea para responder às demandas de articulação e organização interna de movimentos sociais. Nela, é possível a criação de blogs, fóruns, grupos e listas de discussão, sob diferentes níveis de confidencialidade e propriedade. A rede, que viu um crescimento exponencial depois do 15 de maio, conta hoje com mais de 30 mil usuários principalmente na Espanha, França, Alemanha, Holanda e Estados Unidos.

4. Política, democracia e movimentos sociais: versão 2.0?

Ainda que seja muito complicado usar o termo “sociedade”, em toda sua diversidade e diante de todas as suas divergências, os exemplos mencionados mostram que hoje as movimentações políticas em um país refletem e motivam experiências em outros territórios de forma muito mais rápida, viral e informal. A respeito do processo de aprendizado coletivo de se fazer política 2.0, Javier Toret, filósofo e ciberativista do grupo Democracia Real Ya Barcelona, acredita que:

se a democracia na época moderna era a invenção da liberdade, a democracia agora é a invenção do comum, do que nos une. Conseguimos criar um código fonte, como se fosse um software livre, e o colocamos à disposição de todos, porque nós também vimos como haviam feito nossos irmãos do mundo árabe. (...) Não se trata de como transmitir mensagens, mas como surge uma organização coletiva e interativa e se cria uma pequena inteligência coletiva. E, claro, ao liberar o código fonte, a gente o melhora e modifica (Fernandez Savater, 2011:54).

¹¹ <http://tomalaplaza.net/>

¹² <http://takethesquare.net/>

¹³ <http://www.n-1.cc>

O principal ponto é que estes agentes não estão ligados apenas por uma estrutura tecnológica, mas por uma cultura política que envolve autonomia, compartilhamento e colaboração, onde ações locais são potencializadas por estas redes estabelecidas. Para o jornalista Eugênio Bucci, “não é a tecnologia que muda a sociedade. Nunca foi. A sociedade, ou os movimentos sociais ou as relações sociais, é o que dão sentido social e histórico para a tecnologia, e não o contrário” (Cohn e Savazoni, 2009:208).

A relação entre colaboração online e cooperação no território, posta em prática pelo movimento de “alterglobalização”, é então potencializada pelo movimento de indignados, munidos de novas ferramentas e através da massificação de seus usos sociais. A jornalista independente Alba Muñoz relata as dinâmicas sociais durante os acampamentos na Espanha:

Nossa forma de nos comportarmos nas praças era precisamente a mesma da rede: um movimento distribuído, transversal, onde ninguém e ao mesmo tempo todos mandam, e onde é vital o trabalho digital para alcançar um comum. Reivindicávamos o anonimato enquanto experimentávamos uma participação real e livre em algo coletivo » (Fernandez Savater, 2011:41).

Entretanto, esse tipo de organização descentralizada vai direto ao encontro com as instituições democráticas tal como são hoje conhecidas, herdadas de séculos anteriores. Em especial os partidos políticos e sindicatos – tanto de esquerda quanto de direita – tendem a encarar com desconfiança estas movimentações, que são ao mesmo tempo individuais e coletivas. O coletivo português de esquerda Passa Palavra faz uma severa crítica aos acampamentos que se formavam, em uma clara alusão ao movimento de “alterglobalização” aqui também analisados:

Pode-se dizer que, de um modo geral, a grande ausente dessas discussões é a luta de classes. Fala-se de novas formas de luta, de assembleias abertas e democráticas, de recusa do sistema; fazem-se comparações, no mínimo erradamente mecânicas, com os acontecimentos do Cairo e de Túnis. No fim da linha, quando não à cabeça, quase sempre surge como

lema geral, vago e abrangente a ideia central dos Fóruns Sociais Mundiais de que ‘um outro mundo é possível’” (Coletivo Passa Palavra, 2011).

Entretanto, a compreensão de tais movimentos como uma “nova classe política”, leva em consideração as atuais dinâmicas da luta de classes hoje. Se se compreende o conceito de “classe social” como um modo particular de organização da produção historicamente constituído, uma vez que a economia atual é estabelecida através de redes financeiras globalizadas, é considerável a possibilidade de uma nova divisão do trabalho.

Na luta pela democratização dos meios de comunicação tradicionais, ainda se investe na reivindicação pela regulamentação de estruturas que historicamente estiveram fora do alcance da sociedade. Focos preferenciais dessa mobilização são os meios impressos e de radiodifusão, diante dos quais o desenvolvimento de iniciativas de mídias comunitárias se apresenta como alternativa, apesar de seu restrito alcance.

Por outro lado, a prática militante contemporânea na Internet se dá, em última análise e a grosso modo, no mesmo território dos atores os quais ela denuncia, e no mesmo espaço ao qual é reivindicada a regulação. Assim, o uso contemporâneo de redes digitais não apenas funciona como um meio de comunicação alternativo à mídia tradicional, como também seria capaz de criar um ambiente de cooperação e compartilhamento no qual o ambiente virtual seja cada vez mais percebido como uma atuação militante em simbiose com o manifesto das ruas. Neste sentido, Dahlgren aponta a Internet como uma rede de comunicação e relações sociais que expande o espaço público e altera assim as tradicionais formas de ação política: “A Internet entra em cena precisamente quando a vitalidade de certas instituições democráticas parece declinar (...). Se a cybereuforia inicial se acalmou, certos aspectos fundamentais da Internet ainda apresentam um certo interesse para a democracia” (Dahlgren, 2000:167).

Os movimentos de “alterglobalização” e dos indignados possuem características bastante comuns entre si, mas diferenças não só relativas ao tempo, apesar de curto em perspectiva histórica. Como bem assinala Ortellado (2004), os diferentes movimentos em torno da alterglobalização

convergiram, mais ou menos casualmente, atraídas pelos fascinantes acontecimentos de Seattle. Mas o movimento, claro, não começou em Seattle, como dizia o slogan das manifestações

contra a ALCA em 2001. De fato, Seattle foi a vitrine midiática de um movimento que pode ter muitas origens, mas que, na sua vertente radical, remonta à inspiração da revolta zapatista em 1994 e à articulação dos dias de ação global em 1998.

Dada a expansão da Internet em escala global, seu uso por parte de seus militantes deixa de ser uma estratégia, para ser ação inerente à busca por eficiência das mobilizações e até mesmo a própria razão de existir, medida pela abrangência e quantidade das iniciativas, mas também pela circulação das ideias das quais seus integrantes partilham. No entanto, o pesquisador russo Evgèny Morozov relativiza o poder da internet, alertando para o fato de que qualquer teoria que possa ser estabelecida a partir do uso das redes sociais deve ser “altamente sensível ao contexto local, considerando as complexas relações entre Internet e a elaboração de políticas externas em geral, que não se originam no que a tecnologia permite, mas no que um determinado ambiente geopolítico exige” (Morozov, 2011: 17).

Assim, a regulação justa da rede mundial de computadores se torna uma importante agenda para as mobilizações contemporâneas, para além do movimento da comunicação. Por isso, se organizam através de wikis, redes sociais, e também a boa e velha lista de emails, para defenderem a arquitetura da internet tal como foi concebida: neutra, descentralizada e livre. Neutra, pois enquanto via estrutural de tráfego informacional, esta rede não deve fazer distinção de remetentes, destinatários e conteúdos, que devem poder circular sem restrição de banda, velocidade e conexão. Descentralizada, porque a não existência de um servidor central foi a razão pela qual a internet foi desenvolvida nos anos 60, durante a Guerra Fria, quando o governo norte-americano necessitava de uma rede segura para troca de informações, que não pudesse ser destruída em um único ponto. E livre, pois sua posterior ampliação nas décadas seguintes deve-se graças a hackers, engenheiros e pesquisadores que desenvolviam a rede de maneira autônoma, de acordo com suas necessidades de comunicação e produção.

A necessidade de enfatizar a preocupação com a privacidade, a preservação dos dados de segurança, o acesso à infraestrutura, a liberdade de expressão, os novos modelos econômicos e culturais, entre outros, inevitavelmente levará seus integrantes a cada vez mais se envolver com aspectos relacionados a uma possível e democrática regulação da Internet em nível global, a partir dos estados-nação. Nesse novo modo de existir e atuar dos movimentos sociais em escala

global, a busca por regulações mais democráticas se torna um aspecto indispensável, seja pela via da atuação institucional junto a governo e órgãos reguladores, seja pela via da apropriação de ferramentas em busca-de uma plena autonomia de uso.

Referências

BERNARD, François de (2006). **Alterglobalização**. Publicado em 02/01/2006. Disponível em <http://www.mondialisations.org/php/public/art.php?id=22205&lan=PO>. Acesso em 18/06/2012.

CABRAL, Adilson (2011). A Web 2.0 como agenciamento de audiências pelos grupos midiáticos contemporâneos. iN **LOGOS** 34 O Estatuto da Cibercultura no Brasil. Vol.34, Nº01.

CASTELLS, Manuel (1999). A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra.

COHN, Sergio e SAVAZONI, Rodrigo (orgs) (2009). **CULTURADIGITAL.BR**. Rio de Janeiro: Beco do Azogue.

COLETIVO Passa Palavra (2011). Acampados. Disponível em <http://passapalavra.info/?p=40478>. Acesso em 18/06/2012.

CORRÊA, Felipe (2011). **Balço crítico acerca da Ação Global dos Povos no Brasil**. Disponível em <http://passapalavra.info/?p=42775>. Acesso em 18/06/2012.

D'URBANO, Paolo (2012). **Common Memories: New Media and Social Movements in Egypt**. Apresentação no workshop “Articulating alternatives: agents, spaces and communication in/of a time of crisis”. University of London, Goldsmith Center.

DAHLGREN, Peter (2000). **L'espace public et l'internet: Structure, espace et communication**. Revue Réseaux n°100.

FERNANDEZ SAVATER, Amador [et al.] (2011). **Las voces del 15M**. Barcelona: Los libros del Lince.

HARKIN, Juliette (2012). **The Syrian Revolt and the Media**. Apresentação no workshop “Articulating alternatives: agents, spaces and communication in/of a time of crisis”. University of London, Goldsmith Center.

HESSEL, Stéphane (2011). **Indignez-vous!**. Ed. Indigène, Montpellier.

KORMANN, Alessandra (2002). Ativistas antiglobalização preparam protestos na abertura do FSM. Folha de São Paulo. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u28796.shtml>. Acesso em 18/06/2012.

MANIFESTO da Ação Global dos Povos (2001). Disponível em <http://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/pt/manifesto.htm>. Acesso em 18/06/2012.

MOROZOV, Evgèny (2010). **Net Delusion**: O lado negro da liberdade da internet. Nova Iorque: Public Affairs.

ORTELLADO, Pablo (2005). Movimento de quem? In O Independente. Disponível em <http://brasil.indymedia.org/media/2005/01/303904.pdf>. Acesso em 18/06/.

RACHAMOURTADA & SALEM, Fadi (2011). **Arab Social Media Report**. DSG's Governance and Innovation Program, Dubai.

RYOKI, André e ORTELADO, Pablo (2004). **Estamos vencendo - Resistência Global no Brasil**. São Paulo, Conrad.